



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

**REQUERIMENTO Nº.\_\_\_\_/CMRM**

**ANO: 2025**

**AUTOR/Vereador: EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE**

Assunto: ***Requer do Chefe do Poder Legislativo, que encaminhe ao Poder Executivo anteprojeto de lei.***

**Senhor Presidente;**

**O Vereador que o presente subscreve, após ouvir o Soberano Plenário REQUER**, a Vossa Excelência formulada de acordo com as normas regimentais, em conformidade com disposto na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, que através do setor competente deste Poder Legislativo, seja oficiado/encaminhado ao Excelentíssimo Senhor **ALDAIR JÚLIO PEREIRA**, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, junto a esta Administração Municipal, para as devidas providencias quanto a Identificação de Vendedores e Compradores de sucatas ou ferro-velho e da outras providencias, **no âmbito do Município de Rolim de Moura/Ro, conforme propõe Anteprojeto de Lei nº \_\_\_\_\_/2025 em anexo.**

Plenário "**LUCIANO DE ARGÔLO**", **20 de outubro** de 2025.

**EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE**

Vereador – CMRM



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

Gabinete do Vereador Ederson Andrade de Albuquerque (INVESTIGADOR EDINHO)

**JUSTIFICATIVA**

A proposta legislativa em questão se justifica pela crescente onda de furtos de fios de cobre e outros materiais metálicos em Rolim de Moura, que tem causado prejuízos significativos à população e aos cofres públicos.

A valorização do cobre no mercado internacional tem incentivado a ação de criminosos, que encontram nos ferros-velhos e depósitos de sucata um canal para a comercialização ilegal desses materiais.

A legislação municipal vigente se mostra insuficiente para coibir essa prática, o que torna necessária a criação de normas específicas para regulamentar o setor e responsabilizar os estabelecimentos que participarem do comércio ilegal.

A lei proposta tem como objetivo principal proteger o patrimônio público e privado, prevenindo furtos e outros crimes relacionados ao comércio ilegal de materiais metálicos.

Para tanto, a lei estabelece obrigações para os estabelecimentos que atuam no setor, como a exigência de cadastro, a manutenção de registros de compra e venda, a comprovação da origem lícita dos materiais e a comunicação de operações suspeitas às autoridades.

A lei também prevê sanções para os estabelecimentos que descumprirem as normas, como multas, suspensão das atividades e cassação da licença de funcionamento.

Acredita-se que a presente lei, ao regulamentar o comércio de materiais metálicos usados, contribuirá para a segurança, a ordem pública e o bem-estar da população de Rolim de Moura, além de promover o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente.

Diante do exposto, submeto o presente projeto à análise dos nobres vereadores, confiando na sensibilidade desta Casa Legislativa quanto à

relevância da matéria e no compromisso conjunto com a melhoria contínua do atendimento a segurança pública em nosso município.

Reitero meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Palácio Governador Jorge Teixeira de Oliveira, 20 de outubro de 2025.

**EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE**

Vereador - CMRM



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
Gabinete do Vereador **EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE**  
**(INVESTIGADOR EDINHO)**

**ANTEPROJETO DE LEI Nº                    /CMRM/2025**

Ementa: ***Dispõe sobre a regulamentação da atividade de comércio de materiais metálicos usados, classificados como sucatas ou ferro-velho, e estabelece obrigações e sanções aos estabelecimentos comerciais que atuam nesse setor.***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA,**  
Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município;

**Faz Saber** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

**LEI Nº**

**Art. 1º** Os estabelecimentos comerciais que adquirirem materiais metálicos usados para revenda — tais como fios, arames, peças, portões, tubos, tampos e outros do gênero — em aço, cobre, alumínio, zinco, ferro ou qualquer outro tipo de metal, ficam obrigados a manter, devidamente atualizado, cadastro com os dados das pessoas físicas ou jurídicas de quem foram efetuadas as compras.

**§ 1º** O cadastro deverá conter, no mínimo, nome completo ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço, telefone e descrição dos materiais adquiridos.

**§ 2º** Para os efeitos desta Lei, considera-se material metálico, por semelhança, a fibra ótica utilizada para transmissão de sinais de áudio, vídeo e dados eletrônicos, bem como fios de cobre utilizados na transmissão de energia elétrica.

**Art. 2º** Os estabelecimentos referidos no artigo anterior ficam obrigados a:

I – Prestar informações precisas sobre as compras e vendas efetuadas;

**Art. 3º** Considera-se comerciante de sucatas e assemelhados toda pessoa física ou jurídica que:

I – Adquira;

II – Venda;

III – Exponha à venda;

IV – Mantenha em estoque;

V – Compacte;

VI – Use como matéria-prima;

VII – Recicle; ou

VIII – Transporte, por meio de veículo motorizado, materiais metálicos provenientes de uso comercial, residencial, industrial ou de concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, ainda que a título gratuito.

**Art. 4º** O descumprimento das disposições desta Lei acarretará as seguintes sanções:

I – Advertência, na primeira infração;

II – Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na primeira reincidência;

III – Suspensão das atividades por 60 (sessenta) dias, na segunda reincidência e apreensão do material não declarado;

IV – Cancelamento definitivo do alvará de funcionamento, na terceira reincidência e apreensão do material não declarado.

**Parágrafo único**- caso seja o comercio atuado em flagrante delito adquirindo ou vendendo produtos oriundos de roubo ou furto, no qual tinha conhecimento da origem ilícita ou que deveria saber haverá o cancelamento definitivo do alvará de funcionamento pelo poder público municipal, mais as sanções previstas no Código Penal, respeitando o devido processo legal.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Governador Jorge Teixeira de Oliveira, 20 de outubro de 2025.

**EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE**

Vereador - CMRM